

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO: Entrevista com Marta Teresa Arretche¹

Cleidijane Siqueira Santos²

UFRN; UFAL: <https://orcid.org/0000-0002-9701-6118>

Erivania Melo de Moraes³

UFRN; UERN: <https://orcid.org/0000-0003-1839-6069>

DOI: [10.21680/1982-1662.2021v4n31ID26493](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n31ID26493)

Resumo

Esta entrevista com a docente e pesquisadora do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo-USP e Diretora do Centro de Estudos da Metrópole, um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão-CEPIDs da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP foi realizada no dia 16 de Julho de 2021 das 14h às 15h via *Google meet*, sendo parte integrante do Dossiê “Interdisciplinaridade e Políticas Públicas”. Para o desenvolvimento desta entrevista, buscou-se sistematizar reflexões que estivessem interligadas com os debates suscitados no referido Dossiê, assim, elaboramos quatro eixos que permitissem que a docente/pesquisadora entrevistada, ficasse livre para responder, dialogar e refletir de forma ampla e complexa, desse modo, no decorrer da entrevista, suscitaram-se outras inquietações a partir dos eixos propostos, enriquecendo o debate e as reflexões, promovendo um momento de muitas aprendizagens acerca do campo das políticas públicas no Brasil. Dos eixos debatidos, abordamos: a noção de política pública pensada pela

¹ Professora Titular do Departamento de Ciência Política da USP, Diretora do Centro de Estudos da Metrópole. Foi editora da *Brazilian Political Science Review* (2012-2018) e pró-reitora adjunta de pesquisa da USP (2016-7). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado no Departamento de Ciência Política do Massachusetts Institute of Technology (EUA). Foi visiting fellow do Department of Political and Social Sciences, do Instituto Universitário Europeu, em Florença.

² E-mail: cleidijane@hotmail.com

³ E-mail: moraiserivania@gmail.com

entrevistada; a análise dos impactos da emenda constitucional 95/2016; o papel da universidade no campo de tensionamentos educacionais; e por fim, uma análise da relevância interdisciplinar, para o campo das políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Emenda Constitucional. Universidade. Interdisciplinaridade.

Abstract

This interview with professor and researcher from the Department of Political Sciences at the University of São Paulo-USP and Director of the Center for Metropolis Studies, one of the Research, Innovation and Diffusion Centers-CEPIDs of the Foundation for Research Support of the State of São Paulo - FAPESP was held on July 16, 2021 from 2:00 pm to 3:00 pm via google meet, and it is an integral part of the Dossier “Interdisciplinarity and Public Policies”. For the development of this interview, we sought to systematize reflections that were interconnected with the debates raised in the aforementioned Dossier, thus, we developed four axes that would allow the interviewed professor/researcher to be free to respond, dialogue and reflect in a broad and complex way, thus, during the interview, other concerns were raised based on the proposed axes, enriching the debate and reflections, promoting a moment of much learning about the field of public policies in Brazil. From the discussed axes, we approached: the notion of public policy thought by the interviewee; the analysis of the impacts of constitutional amendment 95/2016; the role of the university in the field of educational tensions; and finally, an analysis of the interdisciplinary relevance for the field of public policies.

Keywords: Public policies. Constitutional amendment. University. Interdisciplinarity.

Résumé

Cet interview avec un professeur et chercheur du Département de sciences politiques de l'Université de São Paulo-USP et directeur du Centre d'études métropolitaines, l'un des Centres de recherche, d'innovation et de diffusion-CEPID de la Fondation pour le

soutien à la recherche de l'État de São Paulo - FAPESP, s'est tenue le 16 juillet 2021 de 14h à 15h via google meet, et fait partie intégrante du Dossier « Interdisciplinarité et Politiques Publiques ». Pour l'élaboration de cet interview, nous avons cherché à systématiser des réflexions interconnectées avec les débats soulevés dans le Dossier précité, ainsi, nous avons développé quatre axes qui permettraient à l'enseignant/chercheur interviewé d'être libre de répondre, de dialoguer et de réfléchir dans un large et de manière complexe, ainsi, au cours de l'entretien, d'autres préoccupations ont été soulevées sur la base des axes proposés, enrichissant le débat et les réflexions, favorisant un moment de beaucoup d'apprentissage sur le domaine des politiques publiques au Brésil. A partir des axes abordés, nous avons abordé: la notion de politique publique pensée par l'enquêté ; l'analyse des impacts de l'amendement constitutionnel 95/2016 ; le rôle de l'université dans le champ des tensions éducatives ; et enfin, une analyse de la pertinence interdisciplinaire pour le champ des politiques publiques.

Mots clefs: Politiques publiques. Amendement constitutionnel. Université. Interdisciplinarité.

Eixo 1

O primeiro eixo que pensamos foi para que a senhora debatesse um pouco sobre a noção de políticas públicas que vêm trabalhando ao longo da sua trajetória enquanto pesquisadora e enquanto docente e como essa noção dentro de um Estado democrático federativo neoliberal se substancializa?

É, assim, eu acho que o conceito de políticas públicas basicamente aceito é adotado quase que consensualmente pelos analistas de políticas públicas, é de que essa atividade diz respeito aquilo que os governos ou o Estado faz ou deixa de fazer, porque não é infrequente que ao não tomar uma decisão ou ao ficar, digamos assim, imobilizado diante de um desafio qualquer o Estado também está fazendo alguma coisa e fazendo uma consequência, então, essa definição de que políticas públicas é tudo que o estado faz ou não faz, ou deixa de fazer, eu acho que ela é suficientemente ampla para abarcar diferentes áreas de atuação do Estado porque na

verdade quase tudo que tem a referência ao Estado, e mais contemporaneamente como a entrada de ONGs, (...), no campo da ação pública talvez fosse até o caso de ampliar um pouco o conceito e deslocar a questão de aquele que faz, que no caso seria o Estado e as ONGs mas para o escopo da ação para aquilo que se volta para o público e que produz bens públicos, então eu acho que a definição seria mais ou menos essa e ela não tem nada de original e é o conceito que acredito que a maior parte dos analista de políticas públicas adotam, e o fato de isso ser feito numa democracia ou num estado federativo, afeta o tipo de ação que será feita, eu quero dizer, governos autoritários também fazem políticas públicas, o regime militar no Brasil também fez políticas públicas, mas o fato do regime ser democrático ou ser autoritário tem efeito, sobretudo sobre o processo decisório, o mesmo pode ser dito se você tem um estado federativo ou um estado unitário, é de se supor que estados federativos tenham mecanismos processos decisórios que sejam distintos dos estados unitários embora essa questão seja uma questão altamente controversa, eu mesma acho que o fato de ser federativo simplesmente não tem consequências assim tão distintas sobre as decisões, então eu voltaria a dizer, é eu diria que a gente poderia definir como política pública ações que são voltadas para o público e que são afetadas pelo fato de serem aplicadas em democracias ou não e em estados federativos ou não.

Eixo 2

Como a senhora analisa os impactos das emendas constitucionais 95/2016 para o desenvolvimento das políticas públicas com recorte social no Brasil?

A emenda do texto de gastos tem várias motivações, mas uma delas é no longo prazo reduzir o tamanho do estado, a relação dívida PIB e a relação gasto público PIB. Foi aprovada em um contexto específico após o impeachment da Dilma, num contexto de grande desorganização das finanças públicas no país..., então ela pretendeu duas coisas: uma no longo prazo reduzir o tamanho dos gastos públicos, porque ele só pode crescer pelos mesmos índices do crescimento da inflação, mesmo que a arrecadação aumente, digamos que tenhamos num futuro próximo um grande crescimento da economia que aumente a arrecadação, o gasto público não vai aumentar, porque por força da emenda..., a despeito que você descola o gasto da arrecadação, o gasto só pode crescer a taxa de crescimento da inflação..., então, quem desenhou a emenda

pretendia que, criando essa amarra se produzisse uma realocação do gasto público. Na prática, a consequência dessa emenda é que, como os gastos obrigatórios vão crescendo, independentemente do crescimento da inflação, independentemente do crescimento das receitas o nosso orçamento, que já era muito rígido, por conta das vinculações orçamentárias, ele tendencialmente... ele é,... só vai ter gasto obrigatório porque não vai ter espaço de gasto não obrigatório, o que tornaria a alocação orçamentária inútil porque não há o que decidir... As decisões do passado ou aquilo que já foi definido como obrigatório, ele é aquilo que vai ser gasto. Então, eu, pessoalmente acho que o teto de gastos que... se a memória não me falhe, está previsto para durar vinte anos, não vai durar esse período, basicamente porque a orçamentação se tornará inútil...e, tinha uma motivação na criação da emenda que era sinalizar equilíbrio fiscal para os mercados. Mas..., eu entendo que a emenda do teto, ela terá vida curta, porque como os gastos obrigatórios vão crescendo acima da inflação, é..., no curto prazo, isso já está acontecendo, o único gasto possível, é o gasto obrigatório.

Tomara que ela realmente se desfaça porque ela acaba embarreirando muitas ações e... digamos assim, ela não permite uma certa efetividade nas políticas sociais..., não só nas políticas sociais, então é muito importante que ela realmente não tenha durabilidade até esses vinte anos.

Então... Eu não sou tão otimista com relação a isso, porque o fim do teto não significa que o gasto público será bem alocado, essas duas coisas andam independentemente. Então, veja, por exemplo, no orçamento para o ano que vem, foram encontrados recursos para triplicar o fundo eleitoral, então, o fundo eleitoral, que em 2020, foi de aproximadamente R\$ 2 bilhões vai..., se não for vetado pelo presidente Bolsonaro..., ele passará a ser de R\$ 6 bilhões. O que é que isso quer dizer? E, ao mesmo tempo, você tem uma discussão paralela de que, você não pode ter no Brasil um programa mais abrangente, mais ambicioso de renda básica, porque não há recurso. Então, com isso, eu quero dizer o seguinte: Não é o fato de liberar o teto que vai impedir que os recursos liberados sejam destinados àqueles que mais precisam. O grande debate no Brasil é que há uma importante inversão dos itens de gastos. Então, setores que beneficiam grande parte da população, por exemplo, o SUS; por exemplo,

o Programa de Renda Básica, têm muitas dificuldades de obter recursos, ao passo que, para outros setores; por exemplo, a expansão das emendas parlamentares; por exemplo, o financiamento de campanhas. É claro que, o volume de investimentos não é o mesmo, mas de todo modo, a questão aqui é que, o fim do teto não significará necessariamente uma melhora na alocação dos gastos públicos, ele é apenas o fim do teto. Os recursos que serão liberados com o fim do teto, não irão necessariamente para aqueles que necessitam, isso é uma outra história.

Eixo 3

Nos últimos 30 anos a educação, assim como, nos diversos setores da sociedade são afetados pela hegemonia neoliberal e suas concepções produtivistas de formação humana. Assim, como à senhora analisa o papel da universidade nesse contexto de contradição em que há a necessidade de se formar um profissional para o mercado de trabalho e ao mesmo tempo um cidadão capaz de participar das decisões sociais e políticas na sociedade. Hoje a gente vê os ataques na Universidade e nesse sentido qual o papel da Universidade nessa luta?

Olha, eu acho que isso é uma questão bem complexa que tem muitas dimensões. Eu acho que assim... Primeiro, eu nem acredito que exista uma..., se a gente olhar as políticas públicas, que são efetivamente implementadas, eu não acredito que exista uma hegemonia neoliberal, em primeiro lugar. Eu acho que, de fato, os liberais e mesmo os neoliberais, mais recentemente, nos últimos trinta anos, ganharam de fato muita visibilidade no debate público. Eles têm muita presença no debate público, no qual não tinham, eu diria que até uns dez anos atrás, mas hoje, eles têm muita visibilidade no debate público, mas, eu não diria que isso se traduz nas políticas de ensino superior e não diria que se traduz nas políticas universitárias, porque a gestão universitária, o mundo universitário é um mundo muito plural, tem muito debate. Ser administrador das universidades é uma 'pauleira danada', porque as universidades são muito horizontais, o movimento sindical é muito forte, o movimento de estudantes é muito forte, então, eu diria que o mundo universitário é um mundo altamente conflitivo, que embora os neoliberais tenham ganho mais visibilidade isso não significa que eles têm uma hegemonia, eu não diria que o mundo universitário, é o mundo da hegemonia neoliberal. Por outro lado, eu acho que o mundo científico, e o

mundo universitário, vem sendo desafiado no mundo todo, isso não é só no Brasil. Existe basicamente uma pergunta, que é: vocês têm uma parte considerável do gasto público e vocês têm que justificar porque esse dinheiro tem que ir pra vocês. Então no mundo todo existe uma crescente cobrança com relação ao que nós fazemos, o que era relativamente controverso a dez anos atrás. A dez anos atrás a universidade, o mundo científico era um mundo intocável (aquela gente lá é muito sabida, deixa eles quietinhos), mas eu não diria que isso é neoliberalismo, eu diria que é uma cobrança, eu eu diria que em certa medida legítima sobre o que nós fazemos. E nós nunca nos preocupamos em justificar o que nós fazemos como se devido o lugar e o espaço que nós temos, e eu não dizendo que essa cobrança... Então, eu que a legitimidade e a intocabilidade do mundo científico, e não apenas pelos neoliberais, e não apenas pelos negacionistas, mas também por aqueles que dizem “Porque que o dinheiro tem que ir para vocês se não vai para a saúde?”. Os recursos são escassos, a universidade no Brasil, em particular é vista como um lugar da elite, o que ela de fato é. Então, porque que o recurso público tem que ir para vocês? Então eu acho que do ponto de vista da sua legitimidade, o mundo universitário no mundo e também no Brasil vem sendo questionado, e acho que essas questões não são ilegítimas, eu acho que nós devemos como universitários e como setor público, explicar melhor aquilo que a gente faz.

Isso... O que é ótimo porque de fato sai desse pedestal e se coloca num lugar de relação com a sociedade, para que a gente possa se articular mais com o espaço público, com os espaços sociais. Então, de fato necessita-se.

No contexto específico brasileiro, o problema da rigidez do gasto é que o gasto não pode crescer a não ser pela inflação e vem sendo comido pelas despesas obrigatórias, o recurso para a universidade por um efeito matemático. O cobertor é curto e as despesas obrigatórias vêm crescendo, automaticamente, o espaço para a universidade cai e como nós vivemos, em grande parte, num mundo separado da sociedade, e somos vistos como uma elite que trabalha pouco e gasta muito, nós não temos muitos defensores. Então, eu acho assim... tem um desafio enorme para o mundo universitário que nós devemos encarar de frente. Com isso, eu quero dizer: existem os negacionistas; existem os neoliberais, mas o nosso problema não vem só

daí, que você poderia dizer assim: isso é coisa de liberal, isso é coisa de negacionista, então essa gente não é passível de convencimento mesmo, então, vamos em frente que não devemos explicações. Eu acho que isso é ignorar o problema, eu acho que existe um problema mesmo de questionamento legítimo do que nós fazemos o que inclui treinar pessoas para terem bons empregos. Além de serem cidadãos decentes, participativos. Então, eu acho que nós não devemos ver esse problema: treinar para o trabalho ou treinar para ser cidadãos, mas eu acho que devemos ver como coisas que se complementam. Então, a universidade tem que formar bons engenheiros, bons economistas, bons médicos, bons enfermeiros e também bons cidadãos.

Eixo 4

A perspectiva interdisciplinar atravessa os debates das políticas públicas, assim, como a senhora analisa a importância da interdisciplinaridade nesse contexto de negacionismos e retrocessos como um caminho para o diagnóstico, elaboração e implementação de políticas que possam ser efetivas para o atendimento das demandas da população mais afetada com o efeito da pandemia, das desigualdades sociais e da sociedade como um todo?

Eu gostaria de separar o negacionismo da interdisciplinaridade. Eu acho que o negacionismo é um movimento, uma atitude diante do conhecimento, que é recente. É muito recente que a gente tenha se dado conta tanto do fenômeno, quanto da sua presença e a sua importância política, e, no caso da pandemia, das suas consequências. Os negacionistas não apenas negam a ciência, o que não seria grave, se eles tivessem uma alternativa superior, o problema, é que eles não têm. A gente viu isso por ocasião da pandemia, eles recusaram a recomendação dos cientistas, mas a alternativa deles era muito pior, é um tratamento que não tem comprovação científica, que é baseado numa crença. É um comportamento diante da doença que aumenta o problema. O problema dos negacionistas é que eles negam o conhecimento científico, mas até onde a gente alcança, a alternativa deles é pior. E o negacionismo, ele anda é..., digamos assim, meio que de mãos dadas com uma outra ideologia..., eu diria que tá muito na moda, que é a do relativismo, que é todo mundo tem direito a ter uma opinião. Mas, o problema deles é muito mais grave, porque eles acham que têm direito a ter os próprios fatos. O problema não é ter opiniões divergentes, o

problema é inventar fatos, e acreditar em fatos que não existem. Então assim..., eu acho a ascensão do negacionismo e do relativismo, que é um primo do negacionismo, tremendamente danoso realmente para o nosso tempo, e é algo que deve ser objeto das nossas mais intensas preocupações. [...] A interdisciplinaridade..., eu acho que é um fenômeno de outra dimensão, a ciência tem progredido com base na especialização disciplinar, e fez grandes progressos com base na especialização disciplinar, porque você tem um recorte muito específico do objeto; você tem uma abordagem muito precisa de um objeto, então, nós vemos que determinados campos da pesquisa progrediram muito, com base na especialização. Mas o problema da especialização..., ela tem as vantagens, mas a desvantagem da especialização é ser limitada. O recorte é muito preciso, muito pequeno, então..., digamos: você é especializado em saber se programas de renda básica rendem votos. E nós temos colegas..., e..., por exemplo, esse debate sobre se programas de renda básica rendem votos tem pessoas que se dedicam anos a fazer pesquisas sobre isso, e para essa pergunta, nós temos hoje um conhecimento razoavelmente sólido. O problema é que para montar uma política pública, você não pode ter só essa pergunta, você precisa reunir um campo mais vasto de informações e de disciplinas, não só da ciência política, mas também sobre atos de consumo, da economia, sobre técnicas bancárias... Então assim, a produção de políticas públicas, dada a complexidade do objeto, requer, de fato, um conhecimento, a contribuição de diferentes disciplinas, que pode ser agregada a propósito do problema específico qualquer, que se queira implementar. Então, eu vejo que na área de políticas públicas existe uma tendência muito..., porque assim, a especialização também tende a produzir um certo imperialismo, sabe? “A minha especialidade é melhor que a sua”..., e o campo de políticas é o campo que se beneficia dessa interdisciplinaridade, então, ele também convive com uma tolerância com a divergência, como uma espécie de anti-imperialismo que é muito salutar. Então, eu diria que aqui a questão não é o negacionismo ou o relativismo, mas a questão é o quanto vários campos disciplinares renunciam às suas ambições imperialistas em nome de uma troca saudável de conhecimentos. Eu acho que a área de políticas públicas, sobretudo no Brasil, que é uma área nascente, em expansão, que tem se beneficiado dessa atitude intelectual.

Gratas,

Cleidijane Santos

Erivania Moraes